

Jornalistas da EBC são orientados a reduzir cobertura da morte de Marielle

Chefes da empresa federal enviaram e-mails para equipe; direção diz que foram advertidos

[\(O Globo, 20/03/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Jornalistas e radialistas da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), em Brasília, protestaram nesta terça-feira contra mensagens recebidas de gerentes da companhia - que reúne a Agência Brasil, a Radio Nacional e a TV Brasil -, orientando a equipe para reduzir o número de matérias sobre as mortes da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes. Num dos e-mails, havia a recomendação para não cobrir manifestações contra os assassinatos ocorridos no Rio. Indignados, os profissionais cruzaram os braços no início da tarde e buscaram amparo no Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, que entrará com uma representação no Ministério Público Federal.

As mensagens enviadas foram reproduzidas na internet. Numa delas, de ontem, o gerente-executivo da Agência Brasil, Alberto Coura, pede que uma repórter seja orientada a “não fazer manifestações sobre a morte da vereadora. Estão repetitivas e cansativas. Nos jornais só há artigos e, você sabe, não publicamos esta forma de opinião. Claro que, se houver fato novo relevante, deve fazer”.

Já o gerente de redação da Agência Brasil, Roberto Cordeiro, disse por e-mail: “Precisamos reduzir matérias da morte da vereadora Marielle Franco. Essas homenagens do PSOL são para tirar proveito do momento. Ou outras repercussões do gênero. Devemos nos concentrar nas investigações e naquilo que dizem as autoridades”.

A EBC é uma empresa pública federal e, de acordo com informações publicadas em seu site, “cumprir sua função de prestadora de serviços e

contribui para o objetivo de ampliar o debate público sobre temas nacionais e internacionais, de fomentar a construção da cidadania, com uma programação educativa, inclusiva, artística, cultural, informativa, científica e de interesse público, com foco no cidadão”. Coordenador do Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal, Gésio Passos diz que as mensagens não são compatíveis com a missão da empresa e comprovam a falta de independência editorial do grupo, além da interferência externa na produção:

- Além da denúncia pública do caso, vamos entrar com uma representação no Ministério Público Federal para apurar o abuso.

Em nota, a EBC disse que a direção da empresa foi surpreendida com a informação de que houve orientação na Agência Brasil para reduzir a cobertura dos assassinatos e que o assunto tem sido amplamente coberto por todos os veículos do grupo. Segundo ela, só a Agência Brasil produziu, do dia 14 de março até as 12h09m desta terça, 41 reportagens, seis galerias de imagens, uma reportagem em inglês e duas em espanhol sobre os assassinatos de Marielle e Anderson. “A orientação repassada pela gerência da Agência Brasil contraria a determinação do comando editorial da empresa de sempre pautar seus veículos pela melhor prática do jornalismo. Seus profissionais devem cobrir todos os temas da agenda nacional, como o caso Marielle, noticiando os fatos do dia a dia. Em razão do ocorrido, o responsável foi formalmente advertido, e a direção enviou comunicado a todos os seus empregados reforçando a premissa editorial da empresa”, informou a nota.

Ediane Merola

Olimpíadas, zika e a farsa na

imprensa nacional, por Marina Pita

(Carta Capital, 18/08/2016) A epidemia do [zika](#) já contabiliza 1.638 casos confirmados de bebês com microcefalia como provável resultado da infecção pelo vírus e mais 3.061 bebês sob investigação. Foram confirmados 87 óbitos fetais ou neonatais por microcefalia e/ou alteração no sistema nervoso central em função do zika e 184 casos seguem sob investigação.

O ministro da Saúde interino foi à TV dizer que estava preparando uma ação para proteger os cidadãos brasileiros e estrangeiros de uma infecção pelo vírus. Sob os holofotes das Olimpíadas 2016 e para acalmar os estrangeiros, Ricardo Barros se reuniu com os embaixadores de todos os países que contariam com delegações de atletas no Rio.

Em junho, Barros anunciou o investimento de R\$ 64 milhões para combater o zika durante as Olimpíadas. Contou aos correspondentes estrangeiros que pretendia comprar testes rápidos que pudessem ser feitos durante os Jogos e repelentes para as delegações - para as grávidas de baixa renda brasileiras também, acrescentou.



A promessa de distribuir insumos básicos para proteção das grávidas mais pobres é, entretanto, antiga, indo dos anticoncepcionais e camisinhas para não-engravidar ou não contrair a infecção do companheiro aos tão falados repelentes. Em dezembro de 2015, o governo já havia declarado que negociava a produção de repelentes com o exército brasileiro. Em janeiro deste ano, a imprensa também repercutiu o anúncio de que o governo negociava com a indústria de higiene e limpeza a compra dos tais repelentes para as beneficiárias do Bolsa Família.

Em abril, Dilma Rousseff assinou um decreto que instituiu o programa de prevenção e proteção individual de gestantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica contra o *Aedes aegypti*. Em julho, o Senado aprovou uma Medida Provisória que liberou R\$ 420 milhões para ações de combate à microcefalia. Desse total, R\$ 300 milhões seriam direcionados à compra de repelentes para grávidas do Bolsa Família.

Acontece que, já em novembro, a alteração do padrão de ocorrências de microcefalias no País levou o Brasil a decretar Emergência em Saúde Pública de Situação Nacional. Tal estado, segundo a Lei 8.666/1993, dá ao governo autorização para comprar insumos que assegurem a saúde dos cidadãos sem licitação. A mesma medida foi utilizada, por exemplo, para contratar serviços e comprar equipamentos sem licitação à época da Copa do Mundo de 2014.

Mas ninguém da imprensa lembrou do ocorrido e pensou em questionar o governo brasileiro sobre a não necessidade de uma medida provisória ou um decreto para que a compra de repelentes para as mulheres carentes deixasse de ser um discurso e se efetivasse na prática, rapidamente. Ficaram, todos os veículos, na repercussão das declarações de boas intenções das fontes oficiais.

Repelentes nas Olimpíadas

Chegamos a agosto - portanto, dez meses após instaurado o estado de emergência em saúde pública - e a assessoria de imprensa da Secretaria de Saúde de Pernambuco (um dos estados mais afetados pela tríplice epidemia de zika, dengue e chikungunya), questionada por esta jornalista, informa que não há recursos adicionais para a compra de repelentes.

Enquanto isso, preservativos e os mesmos repelentes são distribuídos em pontos de circulação de turistas no Rio de Janeiro. A informação é a de que sobram repelentes distribuídos gratuitamente na Vila Olímpica. E a imprensa brasileira com isso? Se limita a repercutir releases e a replicar novas promessas.



Um exemplo ocorreu com a divulgação, pelo governo de São Paulo, de que o teste de zika seria oferecido para grávidas no estado. O próprio governador Geraldo Alckmin foi à TV dizer que São Paulo seria o primeiro a ter o exame disponível para no sistema de saúde público. Mas em maio esta jornalista questionou pessoalmente o chefe da Coordenadoria de Controle e Doenças do Estado de São Paulo, Marcos Boulos, que alegou que o teste sorológico para o zika, que seria eficiente em grávidas, ainda não estaria à disposição por apresentar reações cruzadas com a dengue.

A imprensa seguiu sem questionar Alckmin e ignorando o fato de que a Anvisa tem pelo menos quatro testes sorológicos para a infecção por zika aprovados, todos eles à disposição do Ministério da Saúde.

Quando a Agência Nacional de Saúde (ANS) obrigou as operadoras de saúde

a incluírem em seus planos dois exames de diagnóstico do zika, nenhum jornal lembrou de dizer que apenas 30% dos brasileiros têm planos de saúde. Tampouco lembraram os gestores públicos, que seguem fingindo que não é obrigação do Estado garantir o exame sorológico para as mulheres de baixa renda.

A própria *Empresa Brasil de Comunicação* (EBC) teve de rever sua cobertura sobre a epidemia e ir além das fontes oficiais, após ser cobrada por meio de seus canais de interlocução com o público. Hoje, a empresa pública de comunicação produz spots de rádio educativos sobre o tema, para distribuição gratuita em todas as emissoras do País.

Mas praticamente nada se problematiza sobre o direito ao aborto. Pelo contrário, a mídia se esforça em mostrar casos de adultos com microcefalia que vivem próximos à “normalidade”, ignorando que os problemas que se desenvolvem num bebê que nasce com a Síndrome Congênita do zika são muito diversos.

A *Folha de S. Paulo* fez uma pesquisa questionando o direito ao aborto no caso da grávida ser infectada pelo zika. O título da reportagem informou que a maioria dos brasileiros ainda não é favorável ao abortamento nesses casos. O jornal, porém, não destacou que 10% a mais da população defendem o direito da mulher a interromper a gravidez por conta da epidemia de zika.

O sujeito da epidemia

Tanto a ausência de políticas públicas de prevenção minimamente adequadas quanto a cobertura superficial e enviesada dos meios de comunicação tem a ver com o sujeito desta epidemia de zika: mulheres pobres, em sua maioria negras e nordestinas

São elas que não têm acesso a métodos contraceptivos via SUS, mas que ouvem declarações de gestores públicos e profissionais de saúde à imprensa dizendo que elas não deveriam engravidar.

São elas que não podem pagar por repelentes e não têm acesso a eles por meio do sistema público de saúde. São elas que estão sem saber se a gravidez pode gerar crianças com a Síndrome Congênita porque não há

exames adequados; que não têm acesso ao aborto em caso de má formação; que após terem bebês notificados com microcefalia esperam meses por uma resposta sobre o diagnóstico.

São elas que podem ter suas vidas transformadas em cuidadoras em um país sem estrutura, em meio uma doença cujos desdobramentos ainda são desconhecidos.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Patricia Galvão revelou que as mulheres grávidas sabem que epidemias causadas por mosquitos não se resolvem com a simples retirada da água acumulada nos vasos das plantas. Os especialistas em epidemiologia também o sabem.

No Brasil, falta coleta de lixo universal e regular e saneamento básico com água encanada para todos, para que não seja necessário estocar esta água. Cerca de 76% das mulheres pesquisadas acreditam que o governo põe a culpa na população pela dificuldade em combater o zika, mesmo onde não há coleta de lixo e água encanada.

Mesmo assim, a comunicação oficial continua gastando recursos com foco nos sujeitos, no vasilhete de planta, na limpeza da caixa d'água. É quase dinheiro jogado fora.

A mesma pesquisa do Patrícia Galvão aponta que 90% das mulheres gostariam de fazer um exame para saber se tiveram infecção por zika. Mas a imprensa segue ignorando a falta de testes na rede pública. A realidade enfrentada pelas brasileiras que utilizam o sistema público não aparece.

A verdade é que momentos de epidemia como este evidenciam problemas estruturais e estruturantes do País. Para além das deficiências do SUS, do machismo e do racismo institucional por trás da não priorização a essas mulheres, o zika vírus joga na nossa cara a ausência de uma mídia que cumpra o seu papel de cobrar do poder público a garantia de direitos a todos os cidadãos e cidadãs.

A (não) cobertura do problema do zika coloca assim, em evidência, a urgência da democratização dos meios de comunicação e a construção de uma imprensa de fato plural e diversa em nosso país.

****Marina Pita é jornalista e integrante do Conselho Diretor do Interozes.***

Acesse no site de origem: [As Olimpíadas, o zika e a farsa na imprensa nacional \(Carta Capital, 18/08/2016\)](#)

A cobertura comercial dos Jogos Olímpicos ficou marcada pelo sexismo

(Interozes, 22/08/2016) *O reforço de estereótipos que silencia a diversidade de mulheres e desrespeita sua atuação como atletas foi analisado pela jornalista Débora Prado, do Instituto Patrícia Galvão, na entrevista a seguir.*

Uma pesquisa recente demonstrou que as atletas em geral têm menos aparição na mídia do que os atletas e, quando são retratadas, ainda são comuns os estereótipos e violências. Como você avalia a cobertura dos Jogos Olímpicos Rio 2016 a partir desta perspectiva?

As desigualdades e as relações de poder construídas em torno dos gêneros - incluindo aí os esportes e eventos esportivos - leva à negação de direitos em diferentes níveis. Por isso, é fundamental desnaturalizar esses papéis discriminatórios. Mas, infelizmente, a invisibilidade da construção social em torno dos gêneros ainda é bastante naturalizada, apesar de alimentar discriminações, limitar oportunidades e até estimular a violência contra as mulheres. Por outro lado, diante deste cenário de desigualdades, existem cada vez mais vozes fazendo denúncias, desconstruindo os papéis e evidenciando os limites que eles impõem às mulheres em sua diversidade.

No esporte, não é diferente e tampouco foi durante as Olimpíadas. Por um

lado, uma parcela da sociedade vibrava com o feito das atletas, e a própria realidade desconstruía papéis de gênero tradicionais, já que a diversidade entre as esportistas era inegável. Por outro, a cobertura ficou marcada pela reprodução de estereótipos sexistas antes e durante os jogos. Na mídia empresarial, observamos a reprodução de velhos clichês sexistas, como destacar uma atleta pela sua aparência física e não pelo desempenho esportivo ou apresentá-la como a namorada ou esposa de alguém – ou seja, a redução da mulher a um acessório ou objeto de prazer para um homem, noção que além de sexista é altamente ultrapassada pelo reducionismo que representa. Na internet, vimos casos mais graves, como a violência de gênero praticada na internet contra a nadadora Joana Maranhão ou os crimes de racismo contra a judoca Rafaela Silva, que foram cometidos nas Olimpíadas passadas.

Mas é importante observar não só os preconceitos reproduzidos, como também a desigualdade no tratamento que o silêncio representa, ou seja, observar o que a imprensa deixou de fazer. As mídias, de um modo geral, perderam a oportunidade de debater a desigualdade de gênero no Brasil e nos esportes – este tema era um fator de interesse público considerando que as mulheres são metade da população e que as atletas exerceram um papel fundamental no desempenho do país nos Jogos Olímpicos.

Seria uma chance de pautar que o esporte, como outras esferas da vida social, pode ser tanto esfera reprodutora de discriminação, como ferramenta de reflexão, discussão e empoderamento de meninas e mulheres. Acabaram noticiando o percurso individual das atletas medalhistas, mas o problema estrutural não apareceu, salvo algumas exceções, especialmente no jornalismo online e de veículos alternativos. Ou seja, a mídia empresarial tem a responsabilidade de não ocultar que as atletas enfrentam vários obstáculos para chegar a uma Olimpíada – desde desestímulo para prática de alguns esportes por meninas nas escolas e até pela família, passando pela falta de investimento nas categorias de base feminina e também na profissionalização. E vale lembrar que a diferença na visibilidade em relação às categorias masculinas reverbera nos patrocínios.

Tudo isso fica muito invisibilizado e, quando estas atletas superam inúmeras barreiras e chegam a uma Olimpíada, num momento de visibilidade, ainda

são submetidas a desqualificação sexista e até a violências, como aconteceu com Joana Maranhão.

Os direitos de transmissão dos megaeventos esportivos são negociados por valores altíssimos e ficam restritos aos grandes monopólios de mídia. Como isso se relaciona com o enquadramento da cobertura?

Os monopólios midiáticos são um grande problema para a efetivação democrática no Brasil, pois vêm há anos impedindo que haja diversidade de perspectivas e vozes - e sabemos que as perspectivas feministas, anti-racistas, LGBT, indígena, daqueles que foram impactados negativamente pelos megaeventos, entre tantas outras, é brutalmente silenciada. Olhando a diversidade de realidades em que vivem mulheres e homens no Brasil, fica muito evidente esta lacuna de representatividade nas empresas de mídia onde, de um modo geral, predomina a lógica comercial. A internet altera um pouco este cenário. Há como pressionar os veículos por aquilo que é ocultado, mas esse é um fenômeno recente que ainda precisa ser melhor entendido.

De que forma a cobertura poderia contribuir para visibilizar e empoderar as atletas?

A cobertura poderia, por exemplo, discutir os papéis desiguais de gênero, mostrar que eles são construções culturais que podem - e devem - ser modificadas quando limitam o pleno potencial de desenvolvimento de diversos grupos na sociedade e, inclusive, estão nas raízes de violências. O esporte seria um espaço incrível para debater estas desnaturalizações tão necessárias. Poderia também mostrar a diversidade de mulheres que existe, que não há um ideal único de feminilidade. Poderia ainda debater a falta de investimento na formação das atletas, colocar suas vozes em primeiro plano. Mostrar seu protagonismo e empoderamento, que certamente servirão de inspiração para muitas outras meninas e mulheres. E pode cobrar as instituições quando elas promovem o racismo e o sexismo institucional. Por exemplo, depois de toda repercussão positiva do futebol feminino, que não conseguiu medalha, mas orgulhou e empolgou espectadores, há rumores na imprensa que a CBF considera acabar com a seleção permanente feminina.

Vale lembrar que a seleção masculina existe desde meados do século XX e que teve a oportunidade de disputar inúmeras Olimpíadas no decorrer desses anos todos até conquistar uma medalha de ouro neste ano - além do investimento ser infinitamente superior que o do futebol feminino. Então, caso esse rumor se confirme, será uma atitude altamente desigual, e esta responsabilidade deve ser cobrada da confederação - e não só pela sociedade civil, mas pela mídia também e, sobretudo, pelas televisões que usam concessões públicas.

Nota da Redação: O Coletivo Intervozes preparou uma série especial de matérias e entrevistas sobre a cobertura das Olimpíadas Rio 2016.

Acesse a íntegra no site de origem: [A cobertura comercial dos Jogos Olímpicos ficou marcada pelo sexismo \(Intervozes, 22/08/2016\)](#)

TV parceira dos Jogos, NBC vai abordar problemas só até disputa começar

(Folha de S Paulo, 18/07/2016) Para o dia 4 de agosto, a rede americana NBC, que comprou os direitos de transmissão, programou um especial sobre os Jogos do Rio. Vai abordar os problemas todos, zika, criminalidade, atrasos nos espaços e na mobilidade, as crises econômica e política.

A partir do dia seguinte, com a cerimônia de abertura, as câmeras se voltam para os atletas. “Nós vamos cobrir essas questões de saída”, afirmou à Folha Jim Bell, o produtor executivo da NBC Olympics. “Mas, uma vez que comecem os Jogos, só [vamos cobrir] se afetarem os atletas ou as competições”.

Com previsão de enviar 4.000 profissionais ao Rio, a rede afirma que não terá

problemas para noticiar o que aparecer de diferente.

“Os Jogos Olímpicos acontecem num mundo imperfeito, mas eles representam esperança e união, coisas de que o mundo precisa exatamente agora”, defendeu Bell. “É compreensível que a imprensa vá focar os enredos negativos, mas vamos pensar também nos maravilhosos cariocas, que vêm trabalhando tanto, por anos.”

Questionado se a NBC teme um fiasco, reagiu: “A nossa expectativa é de que a Olimpíada no Rio será espetacular, a beleza natural e a paixão do Rio vão brilhar apesar dos desafios.”

A rede americana é a principal parceira do Comitê Olímpico Internacional, desde os Jogos de Tóquio, em 1964. Pelos direitos de transmissão de 2014 a 2020, inclusive o Rio, pagou US\$ 4,38 bilhões, então recorde para os Jogos. Depois, por 2021-32, desembolsou US\$ 7,65 bilhões, novo recorde.

Os números da cobertura no Brasil são grandiosos. Será “mais abrangente que qualquer outro evento na história”, segundo Bell, que está em sua terceira Olimpíada como produtor executivo, responsável por programar as 6.755 horas de cobertura -em duas semanas- pelos 11 canais e plataformas digitais do grupo NBCUniversal.

“Sempre dedicamos quantidades maciças de tempo para os Jogos, independente do fuso horário”, acrescentou o executivo, mas, “como agora eles são no Rio, muito da ação será ao vivo” para os EUA.

A transmissão ao vivo será positiva, disse ele, “tanto para a nossa audiência como para os nossos anunciantes”. Deu como prova o fato de ter ultrapassado a barreira de US\$ 1 bilhão em publicidade já em março. Na Olimpíada anterior, em Londres, isso só foi acontecer em julho, às vésperas da abertura.

Baixas

Questionado sobre as seguidas baixas no elenco de atletas americanos que vêm para os Jogos, como Stephen Curry e LeBron James, hoje os maiores nomes da NBA, Bell respondeu listando aqueles que confirmaram presença.

“Não haverá falta de estrelas no Rio. O ‘Team USA’ vai exibir muitos medalhistas, Michael Phelps [natação], Allyson Felix [velocista], Kerri Walsh [vôlei de praia]”. Entre os não americanos, lembrou o tenista suíço Roger Federer e o velocista jamaicano Usain Bolt, além de Neymar.

Mas as baixas não se restringem aos atletas. A NBC perdeu há um mês a principal âncora de sua cobertura, Savannah Guthrie, apresentadora do “Today Show”, que descobriu estar grávida e desistiu do Rio, por temor de contrair zika.

Sobre saúde e segurança de jornalistas e outros que vai trazer ao Brasil, Bell respondeu ser sua prioridade número 1. “Nós temos vastos planos de segurança”, disse. “Os detalhes são confidenciais”.

Grandes redes

A comunicação dos Jogos Olímpicos do Rio elegeu como foco cinco grandes redes abertas com direitos de transmissão, mas o primeiro desafio significativo de imagem veio de uma agência de notícias, a americana *Associated Press*, com questionamentos à qualidade da água.

“A gente fez um mapeamento e se concentra em *NBC, BBC, CCTV, NHK* e *Globo*, que são grandes TVs, são multiplicadores bem poderosos”, diz Mario Andrada, diretor-executivo de comunicação do comitê Rio-2016.

Mas aí “a gente teve uma temporada de água”, afirma Andrada. “A *Associated Press* contratou uma universidade no Rio Grande do Sul e realizou testes de vírus na baía da Guanabara. Nunca tinham sido feitos. Deram supernegativo e, durante um mês, eles bateram nessa tecla, de que tinham uma verdadeira apuração”, lembra.

“A gente ficou dialogando com eles”, descreve Andrada, mas o tema só foi refluir quando “a Organização Mundial de Saúde declarou que testes de vírus não seriam usados, e sim testes bacteriológicos. Aí a AP deixou de ser uma agência de saneamento e voltou a ser de notícias”.

De acordo com Andrada, “na parte negativa” da cobertura da Olimpíada do Rio, a reportagem da AP sobre a água da baía foi até agora o maior

movimento no esforço internacional de relações públicas do comitê Rio-2016.

Correspondentes de outros meios de comunicação admitem que o [terrorismo pode impactar a cobertura que planejaram para os Jogos](#).

Acesse a matéria no site original: [TV parceira dos Jogos, NBC vai abordar problemas só até disputa começar](#)

Em ação contra violência de mulheres, ONG lança guia do “jornalismo humanizado”

(Comunique-se, 31/05/2016) A ONG feminista Think Olga lançou [Minimanual do Jornalismo Humanizado](#), na segunda-feira, 30. O guia básico em formato pocket é destinado a jornalistas, redatores, blogueiros e veículos de comunicação e fornece ferramentas básicas para desenvolver redação limpa de sexismo, racismo, homofobia e transfobia. A ideia é que os profissionais acessem o material sempre que precisarem lembrar o que fazer para que suas publicações não colaborem com a perpetuação da cultura de violência contra a mulher na sociedade brasileira.

“Aqui na Olga acreditamos no poder e na responsabilidade que os meios de comunicação têm na formação da nossa cultura. É por isso que nosso coração se quebra cada vez que nos deparamos com reportagens que tratam assuntos concernentes à violência de gênero com machismo e descaso”, afirmam as criadoras do minimanual na apresentação do projeto.

O material será dividido em quatro partes. A primeira, lançada no mesmo dia em que a iniciativa foi anunciada, trata da violência contra a mulher e crimes de estupro, violência doméstica e feminicídio. A segunda falará sobre transfobia: como abordar pessoas transsexuais em matérias jornalísticas de

maneira respeitosa.

Na terceira parte será abordado o racismo, com recorte de gênero, a conteúdo mostrará formas de eliminar o preconceito racial do jornalismo. A quarta etapa falará sobre estereótipos nocivos: eleições desnecessárias de musas, perguntas descabidas para entrevistadas e outros clichês que são desfavor para as mulheres.

“O papel dos veículos de comunicação é fundamental na construção da cultura de um país. O jornalismo, em especial, por sua posição de confiança e virtude informativa, é capaz de legitimar discursos e práticas concomitantemente à transmissão de notícias. É por essa capacidade que salientamos a importância de um jornalismo livre de preconceitos, ainda que aqueles que estão por trás dos furos não o sejam”, divulgou a organização. Para acessar o conteúdo disponibilizado pelo Think Olga, basta acessar o [site](#) da ONG.

Tácila Rubbo

Acesse no site de origem: [Em ação contra violência de mulheres, ONG lança guia do “jornalismo humanizado” \(Comunique-se, 31/05/2016\)](#)

Abordagem da mídia nacional em relação ao zika desinforma

(Marina Pita/Agência Patrícia Galvão, 01/04/2016) Especialistas apontam equívocos na cobertura da imprensa brasileira sobre a epidemia e a síndrome congênita relacionada. Mídia estrangeira mostra solidariedade

✘ Em Simpósio sobre os Direitos da Mulher, promovido pela Associação dos Advogados de São Paulo, profissionais debruçados sobre a emergência global em razão da síndrome do zika congênita fizeram críticas

às limitações e equívocos da mídia nacional ao cobrir os fatos relacionados ao tema.

Provocado pela *Agência Patrícia Galvão*, o geneticista e especialista em medicina fetal Thomaz Gollop, professor da Universidade de São Paulo, criticou as reportagens que apresentam crianças e adolescentes com microcefalia. Segundo Gollop, as reportagens subjetivamente dão a entender que os bebês que estão nascendo com a microcefalia devido à síndrome do zika congênita podem ter uma vida praticamente normal. “[A mídia precisa urgentemente retirar o termo microcefalia](#) [para os casos de gravidez com zika] e começar a falar na síndrome”.

O especialista alerta que reportagens equivocadas desinformam a sociedade sobre a real situação que as mães de bebês com a síndrome do zika congênita enfrentarão. Esta confusão sobre o desenvolvimento futuro das crianças, aliás, está retratada em algumas reportagens, em que as mães demonstram ansiedade com o momento em que seus filhos começarão a andar.

Na opinião de Sinara Gumieri, advogada da Anis – Instituto de Bioética, há uma grande diferença no enquadramento da situação na mídia nacional e na estrangeira. Enquanto os veículos internacionais estão voltados para a situação das mulheres que estão vivendo a epidemia e a emergência de saúde pública relacionada à [síndrome do zika congênita](#), os veículos nacionais estão falando sobre o vetor, os dados e a vida das pessoas com deficiência.

A diferença nas abordagens chamou a atenção a ponto de a Anis se movimentar para colocar as mulheres no foco do debate, a partir de um [plano de litígio estratégico](#) que visa garantir acesso à informação, planejamento familiar e assistência às mulheres e às crianças. A ideia é, com apoio de uma entidade parceira, apresentar uma ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) para forçar o Estado brasileiro a garantir direitos constitucionais.

Thomaz Gollop e Debora Diniz, da Anis, são painelistas confirmados para o [9º Seminário Mulher e Mídia - Mídia, Zika e Direitos das Mulheres](#), que acontece em São Paulo nos dias 22 e 23 de abril.

Acompanhe a cobertura sobre o zika vírus nos principais veículos da imprensa (De 12/3 a 18/03)

(Agência Patrícia Galvão, 18/03/2016) Acesse abaixo os links da cobertura dos jornais e sites de notícia sobre a epidemia do Zika Vírus no Brasil e os direitos reprodutivos das mulheres no período de 12 a 18 de março:

[USP faz teste para diagnosticar zika mesmo após fim de sintomas \(O Estado de S. Paulo, 18/03/2016\)](#)

[Primeiro trimestre é o de mais risco para as grávidas com zika \(El País, 17/03/2016\)](#)

[Zika vírus atinge 268 grávidas no estado do Rio \(Agência Brasil, 18/03/2016\)](#)

[Risco de microcefalia associada ao vírus zika é de 14% no Brasil, diz estudo \(Terra, 18/03/2016\)](#)

[Números da zika, editorial da Folha de S.Paulo \(Folha de S.Paulo, 17/03/2016\)](#)

[Chikungunya pode causar problemas neurológicos em crianças \(Folha de S.Paulo, 17/03/2016\)](#)

[Duas mães com zika dão à luz bebês sem microcefalia em GO, diz SES \(G1, 17/03/2016\)](#)

[Dengue e chikungunya podem causar aborto e parto prematuro, diz estudo \(Folha de S.Paulo, 17/03/2016\)](#)

[Pernambuco busca parcerias nos EUA para estudar microcefalia \(G1,](#)

[17/03/2016\)](#)

[Desigualdade em infraestrutura é catalisadora do surto de zika no Brasil \(Bem Estar, 16/03/2016\)](#)

[Microcefalia atinge um em 100 bebês de mães infectadas com zika vírus, diz estudo \(R7, 16/03/2016\)](#)

[Hospital de Niterói tem curso gratuito para gestantes sobre zika vírus \(Extra/Globo, 16/03/2016\)](#)

[Casos confirmados de microcefalia no país sobem para 863 \(Folha de S.Paulo, 16/03/2016\)](#)

[Para pioneira em ligar zika a microcefalia, Brasil está perdendo tempo e situação é 'de guerra' \(Bem Estar, 15/03/2016\)](#)

[Países com zika deveriam liberar aborto, afirma parlamentar dos EUA \(Folha de S.Paulo, 15/03/2016\)](#)

[Governo quer mutirão para esclarecer casos de microcefalia \(O Estado de S. Paulo, 15/03/2016\)](#)

[Zika e o dilema das mulheres que não podem mais esperar para engravidar \(O Globo, 15/03/2016\)](#)

[Projeções duvidosas de zika e propagandas a desserviço da saúde \(Folha de S.Paulo, 15/03/2016\)](#)

[OMS é "prudente" sobre possível ligação de zika e microcefalia, diz ministro \(UOL, 14/03/2016\)](#)

[Congresso recebe MP que libera R\\$ 300 mi para compra de repelentes para gestantes \(Câmara Notícias, 14/03/2016\)](#)

Veja outras notícias:

[Mais de 260 gestantes contraíram vírus da zika nos últimos meses no RJ \(G1, 18/03/2016\)](#)

[Tipos de contágio e transmissão do zika ainda desafiam ciência \(O Tempo, 18/03/2016\)](#)

[Américas se unem para combater o zika \(Diário de Pernambuco, 18/03/2016\)](#)

[Você sabe a diferença dos sintomas da dengue, zika, chikungunya e gripe? \(EBC Rádios, 18/03/2016\)](#)

[USP apresenta novo teste para diagnosticar o vírus zika \(O Globo, 16/03/2016\)](#)

[Após superar rejeição a bebê com microcefalia, mãe condena aborto \(O Globo, 16/03/2016\)](#)

[Abordagem multidisciplinar se fortalece em pesquisas \(O Estado de S. Paulo, 16/03/2016\)](#)

[Resultado de estudo é um alento diante da histeria com o zika \(Folha de S.Paulo, 16/03/2016\)](#)

[Ceir inicia estimulação precoce de crianças com microcefalia \(Piauí/Notícia, 15/03/2016\)](#)

[60% das grávidas com manchas têm zika em Ribeirão, apontam exames \(Folha de S.Paulo, 15/03/2016\)](#)

[Estados receberão dinheiro para acelerar diagnóstico de microcefalia \(Agência Brasil, 15/03/2016\)](#)

[Fiocruz desenvolve método que impede Aedes aegypti de transmitir vírus \(Portal Brasil, 11/03/2016\)](#)

Monitoramento aponta invisibilidade das mulheres na cobertura da Copa do Mundo

(Agência Patrícia Galvão, 01/04/2015) As mulheres ficaram fora da pauta da mídia durante a Copa do Mundo de 2014, tanto em termos de representação quanto de opinião. É o que aponta o monitoramento intitulado *A mulher no noticiário brasileiro durante a Copa do Mundo 2014*, uma iniciativa da ONG Rede Mulher de Educação, em parceria com a Universidade Metodista de São Paulo, com o apoio da Associação Mundial para a Comunicação Cristã (WACC, sigla em inglês), com sede em Toronto, no Canadá.

[Acesse aqui o relatório da pesquisa “A mulher no noticiário brasileiro durante a Copa do Mundo 2014”](#)

Foram analisadas cerca de 500 notícias de veículos de 26 Estados e do Distrito Federal divulgadas no dia 23 de junho de 2014, período em que a Copa do Mundo era realizada no Brasil. Realizado anualmente, o intuito do levantamento é aprofundar o estudo da representação das mulheres e dos homens no noticiário de jornais, rádio, TV e *online*, no que concerne aos estereótipos sexistas, racistas e de orientação sexual/ identidade de gênero.

O monitoramento realizado em 2014 aponta que somente 23% das pessoas vistas, ouvidas ou a respeito de quem se lê nas notícias do período são mulheres. A sub-representação fica ainda mais evidente na comparação com os homens, que ocupam 77% do noticiário.

Boa notícia: reforço a estereótipos de gênero diminuiu

Na análise feita no estudo, as matérias apresentadas por repórteres femininas têm consideravelmente mais focos em temas femininos e questionam estereótipos de gênero quase duas vezes mais do que as produzidas por repórteres masculinos. Apesar disso, o levantamento também constatou que o número de matérias produzidas por mulheres ainda é

pequeno.

O dado positivo da análise é que o percentual de matérias que reforçam estereótipos caiu de 48%, no monitoramento da WACC em 2010, para 9% em 2014. Apesar do avanço nesse aspecto, de maneira geral, as mulheres ganharam destaque apenas em notícias sobre escândalos e violência. Além disso, o conteúdo analisado não destacava claramente assuntos relacionados à igualdade entre mulheres e homens (91%).

Falta diversidade

Outro ponto em destaque é a ausência de representatividade social. “Pessoas brancas, em jornais impressos, aparecem quase cinco vezes mais que pessoas negras nas notícias; pessoas indígenas nunca aparecem ou não são mencionadas”, diz o relatório, lembrando que metade da população brasileira é composta por negros.

A mesma disparidade aparece em relação aos homossexuais, que aparecem 15 vezes menos do que as pessoas heterossexuais nas matérias dos jornais impressos analisados.

Para reverter tal cenário, as realizadoras do estudo apontam a necessidade de os movimentos sociais e próprio movimento feminista incorporarem os meios de comunicação de massa em suas ações estratégicas, visando abarcar um público mais amplo.

Sobre a pesquisa

O monitoramento contou com a participação de 30 pessoas voluntárias Brasil a fora, entre jornalistas, pesquisadoras(es), estudantes e ativistas - a maioria do sexo feminino -, que atuam em universidades e organizações não-governamentais.

Segundo uma das coordenadoras do projeto, Vera Vieira, da Rede Mulher de Educação e da Associação Mulheres pela Paz, “os estereótipos nas diferentes mídias podem contribuir para reforçar as desigualdades. A construção assimétrica de gênero, raça-etnia e orientação sexual/identidade de gênero traz sérias consequências para toda a sociedade. A principal é a violência

contra a mulher, que se materializa na vida cotidiana pela violência doméstica, violência sexual e tráfico de mulheres. Por outro lado, os mecanismos de intervenção podem fazer com que os veículos de comunicação se tornem instrumentos de transformação da realidade vigente”.

Para Sandra Duarte de Souza, também coordenadora da iniciativa, pesquisadora da Universidade Metodista (SP), “as notícias abertamente estereotipadas demonstram que a mídia tem sido um dos mecanismos mais eficazes de afirmação de uma estética paradigmática para as mulheres, que afirma a prevalência dos corpos brancos, jovens e ‘malhados’. Trata-se da aceitação cultural do controle sobre os corpos e de atitudes que não coloquem em risco a moral e os bons costumes”.

Como as emissoras de TV vão cobrir as eleições 2014

(Carta Capital, 26/08/2014) A legislação eleitoral é sucinta quanto à participação de candidatos em entrevistas, programas, encontros ou debates no rádio, na televisão e na internet durante o período eleitoral. Cabe às emissoras o dever de “conferir tratamento isonômico” aos postulantes ao cargo. O grande número de candidatos, no entanto, faz com que as emissoras adotem novos critérios para cobrir as atividades de campanha de cada um deles. A alternativa encontrada pelos veículos é dar espaço diário aos nomes que têm bom desempenho nas pesquisas de intenção de voto, o que costuma causar a ira dos partidos pequenos.

Essa polêmica ganhou novas proporções depois que a TV Globo decidiu cobrir apenas as atividades de campanha dos candidatos que tivessem pelo menos 6% na última pesquisa de intenção de voto. Desta vez, além dos pequenos, a decisão afetou o candidato do PT ao governo de São Paulo,

Alexandre Padilha. Com a medida, o indicado por Lula perdeu espaço diário nos telejornais locais da emissora. Isso quer dizer que, em São Paulo, a emissora carioca exibe todos os dias apenas as agendas políticas do governador do Estado e candidato à reeleição, Geraldo Alckmin (PSDB), e do candidato do PMDB, Paulo Skaf. O restante ganha espaço conforme um sistema de rodízio estabelecido pela Globo.

A situação fez o PT levar o caso à Justiça. A legenda de Padilha ingressou com representação com pedido de liminar no Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo e argumentou que as emissoras são concessões públicas. Elas não poderiam, argumenta o PT em nota oficial, “ser usadas para beneficiar esse ou aquele candidato, essa ou aquela candidatura; devendo pautar sua atuação durante as eleições pela imparcialidade”.

O PT se baseia, principalmente, em caso parecido das eleições municipais, há dois anos. “Em 2012 a TV Globo também tentou limitar a participação de postulantes à Prefeitura de São Paulo e a Justiça julgou que todos os candidatos teriam o mesmo direito à cobertura diária da emissora”, explicou o partido no comunicado à imprensa. Apesar dessa decisão anterior, o caso ainda está longe de ter uma jurisprudência. Na realidade, há muita divergência entre advogados e juízes, especialistas em direito eleitoral.

A reportagem conversou com a vice-presidente do Superior Tribunal Federal (STF), ministra Carmen Lúcia, sobre o assunto. Ela presidiu o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por aproximadamente dois anos e defende que as emissoras podem, sim, usar “dados oficiais” para selecionar os candidatos considerados mais importantes pela sociedade. “É um critério, não sei é o melhor, nem se é o único, mas essas pesquisas normalmente ajudam, sim, a ter pelo menos uma ideia daqueles [candidatos] que podem importar mais, então acho que continua sendo uma boa alternativa”, afirma. “Aliado a outros, esse (critério) pode conduzir a uma igualdade de oportunidade do eleitor, senão do candidato, do eleitor com certeza”, disse Carmem Lúcia após dar palestra em evento da Associação Nacional de Editoras de Revistas (ANER).

Essa forma de fazer a cobertura eleitoral não é unanimidade, no entanto, nem entre os veículos de imprensa. CartaCapital procurou as principais

emissoras de TV aberta, concorrentes da Rede Globo, para saber como cada uma delas irá fazer a cobertura jornalística das eleições. O SBT e a Rede TV não quiseram informar se haverá ou não algum critério para expor os candidatos. Já a TV Record e a TV Bandeirantes enviaram nota em que garantem que mesmo os candidatos menos expressivos terão espaço regular na grade de programação, seja por meio de debate, cobertura diária ou entrevistas. Não há nenhum mecanismo de controle, no entanto, que garanta que todas estão cumprindo a legislação.

Segundo o advogado Alberto Rollo, que já defendeu candidatos com o ex-deputado Carlos Apolinário (PDT), o comum é que os políticos recorram à Justiça quando se sentem lesados. Na opinião dele, no entanto, a Justiça brasileira não costuma dar ganho de causa aos candidatos e, sim, às emissoras. “Existe isonomia, e quando alguém é prejudicado reclama. Eu perdi [na Justiça] duas vezes. Eu acho que realmente é válido. Quem tem de participar são os principais mesmo. O resto é chatice”, resumiu.

A advogada Vânia Siciliano Aieta, do escritório Siqueira Castro, explica que o entendimento dos magistrados em favor das redes de TV e rádio leva em conta o fato de que várias emissoras fazem acordo com os partidos antes do início das eleições para explicar os critérios estabelecidos e oferecer compensações aos candidatos que estão fora da linha de corte, com o objetivo de combinar com todos os envolvidos no processo eleitoral. Para ela, quando há esse tipo de conduta já está cumprido o princípio de isonomia.

“Sempre foi assim [acordos entre TVs e partidos]. Acho que é isso que leva a emissora a ganhar [na Justiça]. A emissora tem toda razão. Você tem de criar um critério. A isonomia é respeitada no momento em que a emissora chama todos [partidos] para fazer um acordo”, argumentou antes de alertar para a importância dessa conduta. “Se [a emissora] não chamou para o acordo, aí sim não se cumpriu o princípio de isonomia”, complementou.

A reportagem insistiu, mais de uma vez, com a assessoria de imprensa da Rede Globo para saber se foi feito algum tipo de acordo como esse com a equipe de campanha de Alexandre Padilha, antes do ex-ministro da Saúde estacionar nas pesquisas de intenção de voto. A emissora carioca, entretanto, se negou a responder o questionamento.

Renan Truffi

Acesse no site de origem: [Como as emissoras de TV vão cobrir as eleições 2014 \(Carta Capital, 26/08/2014\)](#)

EBC faz primeira audiência pública sobre cobertura eleitoral

(TV Brasil, 13/05/2014) A reunião foi convocada para ouvir sugestões, críticas e opiniões dos cidadãos sobre a forma como os veículos da EBC devem cobrir as eleições deste ano.

NOTA DA REDAÇÃO: A diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Melo, participou do evento e abordou a importância da emissora pública pautar a demanda da sociedade por políticas públicas, e não apenas os bastidores da disputa eleitoral (viés hegemônico na cobertura eleitoral por parte das mídias comerciais).

Acesse no site de origem: [Conselho Curador da EBC faz primeira audiência pública sobre cobertura eleitoral \(TV Brasil, 13/05/2014\)](#)